

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 11/2016

Da reunião ordinária privada realizada no dia 03 de junho de 2016, iniciada às 09:16 horas e concluída às 12:27 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	11
Agenda	11
Aprovação de Actas	11
Balancete	11
Despacho	12
DAG	14
DOP	20
DL	22
DGU	23
DEASS	24
DCJD	26
Aprovação em minuta	28
Votação das deliberações	28
Encerramento	28
Montante Global dos Encargos	28

ABERTURA

ATA Nº 11/2016

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária privada da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores, Carlos do Carmo Martins, Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, José Joaquim Pinto de Almeida, Jorge Manuel Torrão Nunes e Nuno Flávio da Costa Reis, em substituição da Senhora Vereadora Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E pelas 9:16 horas, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara iniciou os trabalhos comunicando que o Senhor Vereador Carlos Martins irá chegar mais tarde.

De seguida falou das seguintes questões:

- Estão a trabalhar no sentido de se conseguir que a prova da Rampa da Serra da Estrela, seja alargada a nível europeu, contando com a colaboração do Dr. Pedro Farromba que é conhecedor deste evento e que é muito importante a nível desportivo, da projeção da cidade, do dinamismo da economia local e que, com uma dimensão a nível europeu, trará muitos visitantes à cidade. Referiu que o evento, este ano, correu bem, sem problemas de segurança. Congratulou-se com o trabalho feito pela CAMI, que desempenhou uma boa função ao nível organizacional, bem como todo o apoio dado pelo Clube Nacional de Montanhismo, o Clube Desportivo da Mata e os Juizes de Prova.

- Felicitou a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio pela realização de mais evento do Festivals, apesar do mau tempo.

- Felicitou a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso pelo evento levado a cabo nas Comemorações do Dia Mundial da Criança e pela iniciativa inédita, que foi a de ter trazido um Circo para as crianças celebrarem esse dia.

- Deu nota de que a Câmara Municipal da Covilhã foi distinguida com um prémio quanto ao trabalho museológico desenvolvido no concelho.

- Informou que assinou o Contrato relativo ao Plano Estratégico de Desenvolvimento – PEDU, em Santa Maria da Feira, com representa um investimento total 7,2 milhões de euros e que será investido em reabilitação urbana, designadamente a criação do Centro de Inovação Cultural da Covilhã, na área da mobilidade urbana, com a criação de Rede de bicicletas elétricas para uso público e na área social com a reabilitação e requalificação de edifícios.

Referiu ainda que, serão abreviados os procedimentos concursais necessários para que todos os projetos estejam concluídos até ao final do mês de Junho.

- Felicitou o Sporting Clube da Covilhã pelo seu 93.º aniversário, salientando a sua importância e a divulgação da nossa região.

O Senhor Vereador Pedro Farromba após cumprimentar os presentes afirmou que, passados quase três anos, finalmente se vem falar de projetos e de ideias para o futuro, desejando que esta intenção se mantenha e se possa concretizar.

Sobre a criação do Centro de Empreendedorismo, a instalar no edifício da antiga PSP, diz ser um projeto muito bom, mas que se deverá definir o que se pretende, devendo-se, agora com este projeto, separar o parque empresarial, do parque de ciência e tecnologia. “Eu sempre defendi que o Parkurbis não tem que ter muitas empresas, mas sim, boas empresas na área da tecnologia, diferenciadoras e por isso disponibilizo-me para ajudar a criar uma estratégia para congregar as diferentes tipologias das empresas em espaços diferentes.”

Solicitou que lhe fornecessem elementos relativos ao projeto do Teatro Municipal, para, futuramente se poder pronunciar.

Quanto à Rampa da Serra da Estrela disse “fico contente quando o tempo nos dá razão, é penas às vezes ser tempo a mais. Em 2013, na última edição da Rampa da Serra da Estrela, estiveram cá dois observadores da Federação Internacional de Automobilismo e no final da prova tivemos uma reunião onde ficou assente que em 2014 a prova deveria ser pré-inscrita no Campeonato Europeu de Montanha. A prova, na altura, não foi inscrita por falta de verbas e nós perdemos uma grande oportunidade.” Acrescentou que não se devem fazer as

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

coisas “dois dias antes”, que deverão ser feitas com bastante antecedência, para que exista uma promoção da prova e que possa assim, trazer milhares de pessoas à cidade, quer nacionais, quer estrangeiros, porque são pessoas que comem, que dormem, que consomem, que gastam dinheiro, que promovem a cidade e o concelho e que estará disponível para ajudar no que for necessário. Por outro lado é também importante criar condições e incentivos para que exista um maior número de Comissários de Prova, que apesar de serem voluntários, têm custos associados, como alimentação e alojamento e que não é fácil, em cima da hora, arranjar os 50 Comissários necessários para a realização da prova.

Solicitou, de novo, que lhe fosse entregue o mapa com a indicação de todos os Protocolos aprovados, os que já foram liquidados e os que ainda estão por liquidar, que ainda não recebeu.

O Senhor Presidente deu indicação ao Senhor Dr. Júlio Costa para que faça chegar com a maior brevidade possível, o documento solicitado pelo Senhor Vereador.

Proseguiu o Senhor Vereador Pedro Farromba afirmando que “houve uma reunião com os Senhores Presidente de Junta, esta semana, onde não estive o Senhor Presidente, nem nenhum Vereador. Houve falta de delicadeza para com os Senhores Presidente de Junta, pois, por mais competências que tenha o Senhor Eng.º Hélio e o Senhor Eng.º José Miguel, um eleito é um eleito. Os Senhores Presidente de Junta são uma figura importante na democracia, num ano em que celebramos 40 anos de poder autárquico, acho que é uma falta de respeito não ter estado presente. Se o Senhor Presidente ou Vereador não podia estar presente, adiavam a reunião. Deve haver algum cuidado.”

Finalmente questionou se a Câmara Municipal foi citada no processo da família Santos Silva e qual o motivo de, na altura, não terem sido resolvidos os dois processos, sabendo que este será mais um processo que se irá arrastar no tempo.

O Senhor Presidente informou que na data da receção da ação intentada contra a Câmara, remeteu o processo para o Senhor Dr. Osvaldo Gomes, que trabalha com o Município há muitos anos; informou que “esta ação surge na sequência de um despacho meu, que indefere a pretensão das irmãs Maria Teresa e Rosa Oliveira, porque não concordei com o que pretendiam, que era receberem esta quantia, que acho ser manifestamente exagerada e porque no passado foram apresentadas noutros termos.

O ideal era resolver-se tudo de uma só vez, desde que haja vontade e quando não há vontade, temos que resolver as coisas parcialmente.

Este processo tem a ver com a ocupação do terreno onde foi construída a estrada e o outro processo tem a ver com a construção do loteamento, são dois casos distintos. É um processo que irá demorar muito tempo e cujo desfecho não é previsível.”

O Senhor Vereador José Pinto interveio dizendo que apresentou uma proposta de resolução do problema, para terem sido negociados de forma atempada estes processos, através da via negocial “e quando eu voltei a insistir, o Senhor Presidente apontou para os *timings* que tínhamos que cumprir. Perdemos uma boa oportunidade de resolvermos a bem e, se calhar, a contento de todos, este processo. Lá fora continua-se a comentar o que cada um disse ou que cada um não disse. Isso não abona a favor da Autarquia. Por outro lado, acho um oportunismo aquilo que a família vem agora fazer; fez-se um esforço no sentido de encontrar valores o mais próximo daquilo que fosse o justo, e agora apresentam-nos valores desta natureza. Acho que é injusto aquilo que está a acontecer em relação à Câmara e acho que temos que ser coerentes.”

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

Lembrou ainda que solicitou uma lista das ruas e estradas que irão ser intervencionadas pela Câmara e o Relatório do Revisor Oficial de Contas, que continua a aguardar e afirmou mais uma vez que “temos que respeitar o Órgão.”

Alertou para o crescimento de ervas daninhas nas ruas dos bairros da cidade e, tal como anteriormente sugeriu que, “não tendo a Câmara a capacidade de o fazer, que fizesse um protocolo com as Freguesias, porque são elas que estão próximas das pessoas e dos locais onde o problema existe e poderiam de forma capaz e atempada resolver isso mesmo. Isto vem também na sequência do que já aqui se falou, da reunião com os Presidentes de Junta, acho que se continua a pedir muita coisa sem que elas tenham essa competência e muito menos os meios financeiros. No entanto distribuem-se verbas de forma aleatória para outras situações, quando estas que são as tais que são prioritárias. Se nós queremos a participação das Freguesias nos mais variados eventos e eles não se sentem acarinhados, a Câmara não pode exigir essa boa vontade. Da minha experiência de 24 anos de Presidente de Junta sei que nós, enquanto Presidentes, somos o “rosto” da Câmara e acho que, até em termos políticos, a Câmara teria muito mais a ganhar se, no dia-a-dia com as Freguesias fosse positivo e trouxesse quer uns, quer os outros contentes, porque quando não há intervenções, dizem que a Câmara é que é responsável, a Câmara é que não faz, que não nos apoia. Politicamente até se poderia tirar dividendos disso, mas tendo os Presidente de Junta contra ele, não é possível. As Freguesias, os seus representantes e as populações merecem mais atenção.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba salientou ainda o facto do “peso” financeiramente significativo que a Junta de Freguesia da cidade tem, em relação às restantes Juntas de Freguesia, que ficam limitadas na sua ação e nos seus objetivos.

Continuou a sua intervenção, o Senhor Vereador José Pinto, alertando para o facto de ter verificado que andavam a deitar produtos químicos nos jardins e um outro trabalhador procedia à lavagem do equipamento na via pública, o que não é permitido por lei, devendo-se verificar a situação.

Sobre os investimentos a fazer no âmbito do PEDU, disse comungar com os comentários já feitos, desejando que de facto eles se concretizem.

O Senhor Presidente sobre este assunto acrescentou que “temos o endividamento que temos e temos que obter financiamento bancário para obtermos este PEDU e o Banco Europeu de Investimento, ou a Caixa Geral de Depósitos é que irão, certamente, financiar o programa. Na prática isto é uma caução, quando há autorização por parte do Governo de uma linha de financiamento, que não conta para o limite do endividamento, é na prática uma garantia; preocupa-me é os *timings* para obtermos o financiamento.”

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou que “tem que lamentar a forma precipitada como se falou do crédito, ao nível do concelho e as expectativas que criámos às Freguesias.”

Sugeriu ainda que se passassem a fazer reuniões de Câmara em outros locais, de forma descentralizada, como por exemplo no Parkurbis, onde se pudessem abordar questões específicas dessas áreas de trabalho e do seu funcionamento.

Respondeu o Senhor Presidente que “não foi de forma precipitada, foi o que nos disseram na altura, era essa a informação que tínhamos e que poderíamos incluir toda a zona urbana, aos grupos históricos das vilas e aldeias e depois disseram que não, que fica restrito ao “casco” urbano das cidades. Os outros municípios do país não têm PEDU, apenas têm ARU.”

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou ainda sobre a situação atual do loteamento que está a ser construído na cidade.

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Joaquim Matias que esclareceu que “o loteamento foi aprovado em tempo record, dentro do Urbanismo, da Câmara Municipal. Entretanto, eles tiveram um problema com uma escritura e com o banco e a última informação que tive é que até ao dia 15 de junho iriam resolver o problema e pagar a primeira *tranche* das taxas e apresentar a caução. Não existe nenhum problema que tenha a ver com a Câmara.”

Prosseguiu a sua intervenção referindo-se às seguintes questões:

Sobre a ação intentada contra a Câmara Municipal, solicitou que lhe fosse fornecida uma cópia da ata da reunião onde foi votado este assunto.

Informou que terminaram as ações de Suporte Básico de Vida, direcionados para as IPSS do concelho da Covilhã, promovidas pela Proteção Civil e cujo relatório final e a avaliação feita pelas instituições se encontra disponível no serviço para consulta.

Entregou uma informação onde alerta para a situação de várias habitações, propriedade da Câmara Municipal, que se encontram bastante degradadas, nas Minas da Panasqueira e o mato existente à sua volta, que poderá criar ali um incêndio. Sugeriu que se fizesse um Protocolo com a Junta de Freguesia, para que se pudesse proceder à limpeza daquela zona habitacional, bem como das estradas municipais.

Apresentou também uma outra informação onde alerta para a existência de uma zona de grande vegetação, na Rua dos Cedros, junto a uma zona habitacional, no Canhoso, que é urgente desmatar e limpar, para prevenir situações de incêndio, propondo a realização de um protocolo com a Junta de Freguesia, para este efeito.

Ainda no âmbito da proteção civil, sugeriu que se pudessem levar a efeito novas ações de formação de suporte básico de vida pediátrico, para formar pessoas que lidam com crianças de serem capaz de agirem com elas em colapso e em conformidade, sem quaisquer custos para o Município, uma vez que o técnico André Morais tem formação para o efeito e pode, até, certificar as formações dadas.

Manifestou preocupação e informou que iria reunir com o Senhor Eng. Rui Moreira, face a ter recebido um correio eletrónico do funcionário, Dr. Manuel Simões, que exerce funções no CIAC e tem um conjunto de responsabilidade, nas execuções fiscais e contraordenações, pedindo a mobilidade por não se encontrarem reunidas as condições mínimas em termos organizacionais, designadamente a disponibilização de espaço com computador e telefone para atendimento e apoio dos munícipes, o que veio a acontecer, como constatou, mas para apoio do Gabinete de Apoio Judiciário, havendo a necessidade de conjugar para que seja utilizado por ambos os serviços.

Mais informou que iria reunir com o funcionário para o demover da sua pretensão.

A respeito da Comemoração do Aniversário do SCC, referiu que foi enaltecido o papel do Senhor Presidente, bem como da Câmara, naquilo que eram as preocupações do Clube e onde foram realçadas as relações de excelência com as diversas instituições.

O Senhor Vereador Pedro Farromba, por uma questão organizacional, questionou: “você os quatro nunca reúnem? Com todo o respeito pelos assuntos, há aqui assuntos que são de gestão e coordenação interna”.

O Senhor Vereador Joaquim Matias respondeu dizendo que “converso muito com o Senhor Presidente, por uma questão de lealdade, não faço nada sem lhe dar conhecimento, mesmo

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

tendo autonomia para isso. Provavelmente peço por defeito, é que se trago aqui os assuntos é para os eleitos terem conhecimento de tudo e não tomarem conhecimento deles lá fora”.

O Senhor Vereador José Pinto manifestou que devem existir as reuniões de coordenação para debaterem os diversos assuntos, para organização interna dos diversos serviços.

Referiu ainda, em matéria de Proteção Civil, que a Câmara deve dar o exemplo que no diz respeito à limpeza das bermas e taludes.

O Senhor Presidente, relativamente ao SCC, disse ter sido “de uma simpatia e gentileza inexcusável, teve múltiplas, quer o Presidente da Assembleia Geral, quer o da Direção, fizeram inúmeras alusões ao Município e sempre que o fazia, entendia-o que era feita ao coletivo do Executivo. Aliás, recebi duas distinções, uma entendo que é pessoal porque sou sócio do SCC e recebi o emblema de prata, o de ouro também o recebi mas é para o Executivo. Referi o empenhamento de todo o Executivo e que é coletivo.”

Informou ainda, que teve lugar na passada segunda-feira a assinatura do Contrato de adjudicação das obras de ampliação do quartel dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, “uma cerimónia singela, sem comunicação social e propositadamente, no fundo, sem qualquer projeção mediática, somente com as entidades envolvidas”. E que na próxima terça-feira iria reunir com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna que detém a proteção Civil, no sentido de conseguirmos quer equipamentos, quer a viatura.

O Senhor Vereador Nuno Reis felicitou o SCC e a iniciativa que levou a cabo, à qual não pode comparecer, apesar do convite que agradeceu, e que se deveu a motivos profissionais.

Relativamente ao seu pedido de colocação de gradeamento junto à Escola Profissional, disse ainda não estar colocada, solicitando novamente a sua colocação.

Relativamente à Diretiva Comunitária, amplamente aqui falada, 2005/36/CE, e que o Senhor Presidente referiu que aguardava parecer da CCDR, questionou se já havia resposta e se a Câmara tinha conhecimento de uma queixa apresentada na União Europeia sobre essa Diretiva Comunitária.

Interveio o Senhor Presidente para esclarecer que as Diretivas Comunitárias para valerem na nossa ordem jurídica tem de ser transposta para a ordem jurídica portuguesa.

Retomou a palavra o Senhor Vereador Nuno Reis dizendo que grande parte os Municípios Portugueses respeitam esta Diretiva Comunitária.

Questionou se o Senhor Vereador do Urbanismo contacta com todos os empresários que tem intenção de investimento ou construção registada no Urbanismo.

A propósito da sede para as associações/instituições para o ex-edifício da APPACDM, face à aprovação do PEDU, onde pensava alojá-las.

Respondeu o Senhor Presidente dizendo que teriam de “puxar pela imaginação e pela criatividade dos nossos serviços, no sentido de as alugar provisoriamente nos edifícios que vão ser objeto de intervenção, depois, alguns deles, já estão vocacionados para albergarem sedes. Por outro lado, há edifícios que podem vir a ser libertados; estamos a pensar deslocalizar a sede da ADC para outro local, sendo mais um sítio, depois de algumas obras de adaptação, albergar algumas sedes de instituições/associações”.

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

É um compromisso para cumprir e nem que alguns tivessem de partilhar espaços.

Relativamente aos investimentos sinalizados, referiu que o Urbanismo tem uma atenção redobrada sobre os mesmos. Alguns estavam em curso, e “um da maior importância, revolucionário, com muitos intervenientes, estamos a trabalhar nele, inclusive passa por uma reunião na Secretária de Estado do Ordenamento do Território, a quem já pedi audiência à Senhora Secretária de Estado, que é uma pessoa com grande acessibilidade. Não vamos cometer a injustiça de pensar que o senhor Vereador Joaquim Matias consegue acompanhar toda a gente ou de adivinhar, mas há muita gente que se desculpa com o Urbanismo, e até projetistas”.

Retomou a palavra o Senhor Vereador Nuno Reis para referir, no âmbito da Proteção Civil, que deviam sensibilizar, através dos meios de comunicação mais adequados, também os agricultores e proprietários em geral, para a limpeza das matas, para prevenção dos fogos florestais, para que não fique somente no âmbito da fiscalização.

Questionou o ponto da situação, face à possibilidade da cedência de terreno aos Bombeiros Voluntários da Covilhã, que ficou de ser analisada outra localização do mesmo.

Questionou ainda, face à iniciativa de organização de umas olimpíadas, a nível nacional, (jogos e formação) que os Bombeiros Voluntários da Covilhã queriam levar a efeito e, face a ter verificado que as mesmas se realizaram em Bragança, se teve a ver com a falta de apoio da Câmara.

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Joaquim Matias que, relativamente à Diretiva Comunitária, referiu que “não interpreto que o Senhor Engenheiro em causa, que é só um no Concelho Covilhã, mandou a queixa, que seja contra a Câmara ou o Urbanismo, tenho aqui o documento todo. O Senhor é um privilegiado, porque o Senhor recebeu no momento em que eu recebi essa mesma documentação para trazer aqui este assunto.”

Seguidamente, informou da reunião com técnicos do Urbanismo, com esse Senhor Engenheiro e cliente do mesmo, para, com clareza, saberem quem era o autor desse mesmo projeto, uma vez que havia um arquiteto que também dizia que era autor desse mesmo projeto, com a documentação nesse processo, ou seja, termos de responsabilidade, tendo o gestor do procedimento chamado a atenção ao senhor arquiteto, uma vez que o Senhor Engenheiro não poderia ser o autor do mesmo, razão pela qual esta situação se desencadeou.

Referiu que não é a maioria das Câmaras que estão a aplicar a Diretiva Comunitária, apenas cerca de 30 a estavam a aplicar, sendo a responsabilidades delas próprias e que enquanto fosse responsável pelo Urbanismo não haveria diferenças de tratamento e que cumpriria de acordo com a Lei.

Referiu ainda, que a queixa apresentada, no fundo, é contra o Governo Português.

Relativamente à questão dos investidores no Concelho, referiu, após vários exemplos, que dá a máxima prioridade, designadamente quando envolvem receita para o Município.

Quanto à ampliação da sede dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, esclareceu que o assunto estava a ser tratada pelo Departamento de Planeamento.

Interveio o Senhor Vereador Nuno Reis, relativamente à Diretiva Comunitária, que continuava a aguardar que lhe fosse remetido o parecer da CCDRC, respeitante ao assunto, conforme teria ficado destinado.

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

O Senhor Vereador Jorge Torrão começou por referir que recebeu um e-mail do Senhor Eng. Ernesto Melo e Castro, agradecendo a forma cortês como foi recebido e tratado pelo Executivo Municipal e endereçando cumprimentos.

Enalteceu um conjunto de atividades culturais promovidas pelo Orfeão da Covilhã/Conservatório Regional de Musica, corporizado pela Senhora Dr.^a Graça Esgalhado, intitulado “Lamiré Cultural”, trazendo à Covilhã, mensalmente, figuras de elevado índole intelectual, académico e musical;

Saudou as Jornadas das Ciências do desporto da UBI, realizada na passada semana;

Agradeceu a todos quanto colaboraram na realização da “Rampa da Serra da Estrela”, designadamente á Camy, ao Clube Nacional de Montanhismo, ao Grupo Desportivo da Mata, prova que precisa de elevação, passando por criar uma plataforma organizativa em várias frentes, principalmente pela Câmara e, para isso, há que continuar a trabalhar;

Que o Centro de Atividades continua a ser uma iniciativa “muito acarinhada pelos Covilhanenses”, onde se desenvolvem atividades de animação sócio cultural e de recreação de elevado valor, onde vai ocorrer mais uma feliz iniciativa, com a criação de um Gabinete de Apoio Psicológico e de Psicoterapia, para os mais idosos;

Realçou a qualidade e a forma sistemática com que as Escolas estão a levar por adiante a iniciativa “Oficina de Teatro” no âmbito da representação, com grande adesão por parte dos Pais, louvando os Conselhos Diretivos, bem como, os Professores mentores de tal iniciativa;

Congratulou-se com a iniciativa promovida pela Escola do Paul, pela realização do VIII Sarau Gímnico, de relevo nacional, endereçando parabéns à Direção da Escola, Agrupamento e Professores;

Saudou a iniciativa de trazer a atividade circense, no âmbito do Dia Mundial da Criança; e da abertura da Piscina Praia; e da Escola Campos Melo, nas áreas das artes, aproveitando a Galeria de Exposições – Tinturaria- para expor os trabalhos.

Mais adiante, referiu que dentro daquilo a que chamaram uma “Alameda Virtuosa” entre a Câmara Municipal e o Bairro Operário da Biquinha, onde pontifica a “Janela Manuelina” e que no Arquivo Municipal está com um acervo documental em pergaminhos patente à população, por onde tem passado estudantes da UBI servindo como ponto de apoio de atração cultural, e onde se insere ainda, o Estádio Santos Pinto, o Parque Alexandre Aibéo, o Estendouro e o Auditório Municipal com exposições regulares e, presentemente com o tema da Serra da Estrela Selvagem.

Informou da abertura de exposição alusiva aos Bombeiros no Museu de Arte Sacra; da conferência de imprensa na Ubimedical, onde foi enfatizado o centenário da morte do Covilhanense António Plácido da Costa, pelo Dr. Pedro Monteiro, onde tem o seu nome numa rua da cidade e onde iriam criar um espaço documental com a colocação de um painel em sua homenagem.

Informou da aprovação do Plano da Defesa das Florestas Contra Incêndios.

Concluiu, entregando um CD aos Senhores Vereadores, do Covilhanenses Nuno Borralhinho.

O Senhor Presidente, relativamente à Piscina Praia, informou que foi decidido isentar de pagamento as crianças de famílias mais carenciadas e referenciadas pelo Município, bem como, dos ATL’s, com a descrição que se impunha.

Interveio, novamente o Senhor Vereador Nuno Reis, a propósito da deslocação ao Tribunal para prestar declarações, “para que conste em ata, não vou lá dizer o que não disse aqui. Gostaria de lhe pedir a carta que o senhor Professor Eng. Manuel Santos Silva fez chegar à Câmara, enquanto representante da Família” e da resposta do Senhor Presidente quanto ao

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

seu indeferimento. Relembrou ainda, que aquando da deslocação ao local, foi de opinião, bem como o Senhor Vereador José Pinto, que o assunto deveria ser resolvido num todo, ou seja, incluindo terreno cedido para a estrada.

Solicitou ainda, listagem de processos que o Senhor Dr. José Osvaldo Gomes está a acompanhar.

O Senhor Presidente interveio para esclarecer que o processo sobre o qual se vai prestar declarações se prende com o do lote de terreno e não se confunde com o processo que está em curso, relativamente ao pedido de indemnização pela ocupação de terreno da estrada Canhoso - Vila do Carvalho.

Quanto à resposta de indeferimento do pedido de indemnização, informou que se traduziu: “considerando que a proposta extravasa aquilo que foi proposto no anterior mandato, em julho de 2013, nos termos em que foi feito e porque não estão salvaguardados os interesses do Município.”

Quanto aos processos que o Senhor Dr. José Osvaldo Gomes está a acompanhar, esclareceu que se prendem com processos do Urbanismo e de expropriação.

Informou ainda, da aquisição do pátio dos Escuteiros, por parte do Município, pelo valor de 25.000€ a liquidar em prestações.

Sugeriu a ideia de se elaborar um plano com as principais ruas da cidade com nome de Covilhanenses que se destacaram e distribuí-los pelas escolas.

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente para aprovação as Atas n.º 8 de 22/04/2016 e n.º 9/2016 de 06/05/2016.

A Câmara deliberou aprovar a Ata n.º 8 de 22/04/2016, não participando na votação o Senhor Vereador Pedro Farromba, nos termos do previsto no disposto no n.º 3 do artigo 34.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

A Câmara deliberou aprovar a n.º 9 de 06/05/2016.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.330.028,89 € (um milhão, trezentos e trinta mil, vinte e oito euros e oitenta e nove cêntimos).

. Documentos: 2.591,20 € (dois mil, quinhentos e noventa e um euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 424.445,50 € (quatrocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 905.583,39 € (novecentos e cinco mil, quinhentos e oitenta e três euros e trinta e nove cêntimos).

O Senhor Presidente informou que por motivos de representação do Município, o Senhor Vereador Jorge Torrão iria ausentar-se da reunião.

4. DESPACHOS

- Constituição da equipa do IMI

Presente despacho n.º 27/2016 do Senhor Presidente da Câmara, datado de 12 de maio de 2016, que se transcreve:

“ A Câmara Municipal da Covilhã deliberou em reunião realizada no dia 2 de fevereiro de 2015 a constituição de um grupo de trabalho multidisciplinar com a missão de, em matérias de IMI, proceder às seguintes tarefas:

- a. Identificação de prédios rústicos/urbanos para aplicação/execução da deliberação da Assembleia Municipal de 09/09/2014 e dos prédios que por força de uma ARU legalmente constituída usufruem de benefícios fiscais;*
- b. Comunicação à Direção Geral de Impostos dos referidos prédios, após cumprimento de todas as formalidades legais;*
- c. Constituição de uma base de dados e respetiva georreferenciação em base cartográfica dos respetivos prédios;*
- d. Elaboração de um relatório anual com a monitorização dos efeitos das decisões do Município em matéria de IMI, bem como do seu impacto nas receitas do município.*

Considerando que alguns elementos da equipa de trabalho que foi há data constituída já não exercem funções na Câmara Municipal, e face à necessidade de melhorar o funcionamento da mesma, revela-se necessária uma redistribuição dos efetivos aptos a dar respostas aos objetivos definidos, por conveniência para o interesse público, economia de recursos, eficácia dos serviços, sem prejuízo do respetivo vínculo contratual.

Assim sendo, no uso da competência própria dada pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o artigo 37.º do referido regime jurídico, em matéria de gestão e direção de recursos humanos e coordenação dos serviços municipais,

Determino que a equipa multidisciplinar do IMI seja constituída pelos seguintes colaboradores da autarquia:

- Responsável/coordenador da equipa – Senhor Dr. José Armando Reis
- Na área da avaliação e/ou peritagens – Senhora Arq.ª Cátia Andreia Lopes Antunes Correia
- Na área florestal – Senhor Rui Samuel Lopes
- Na área dos SIG e cartografia – Senhor Eng.º Luís Filipe Dinis da Silva Esteves e Senhor Manuel Pereira Elias
- No apoio administrativo do grupo de trabalho – Serviços de Urbanismo
- Sempre que suscitado pela referida equipa:
 - Na área do Urbanismo – senhora Eng.ª Isabel Maria Barata Matias
 - Na área da fiscalização – Senhor Eng.º Joaquim Manuel Louro Carrilho
 - Na área do Direito – Senhor Dr. José Eduardo dos Santos Dixo

Mais determino,

- 1. Que o presente despacho seja submetido para conhecimento da Câmara Municipal, na sequência do qual o órgão executivo deve aprovar a alteração da equipa de trabalho constituída por deliberação de 2 de fevereiro de 2015.**
- 2. A publicação do presente despacho no Boletim Municipal da autarquia, nos termos das disposições conjugadas e constantes do n.º 2 do artigo 47.º e do artigo 159.º do Código de procedimento Administrativo.**

O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.”

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou tomar conhecimento do Despacho n.º 27/2016, e aprovou a alteração da equipa de trabalho constituída por deliberação de 2 de fevereiro de 2015.

- Alienação de 13 viaturas em estado de sucata mediante processo por convite

Presente despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 24 de maio de 2016, que se transcreve:

*“Por deliberação do Executivo Municipal, foi aberto **processo de hasta pública, com apresentação de carta/proposta fechada, para a alienação de treze viaturas em estado de sucata.***

Atendendo a que não foram apresentadas propostas;

Verificando-se a urgência na remoção das viaturas, conforme nota do Departamento de Obras e Planeamento, em anexo;

E pelo atrás referido;

Atendendo ao exposto e no sentido de assegurar o interesse público que a Administração prossegue e no uso das competências que me foram conferidas pelo artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2013, de 2 de Setembro.

DETERMINO:

1. A alienação das 13 viaturas em estado de sucatas, mediante processo de convite, a empresas da especialidade, respetivamente:

- Valorcar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.;
- RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, SA;
- António Manuel Barata Frexes;
- RDR – Receção, Desmantelamento e Reciclagem de Veículos em Fim de Vida, Lda.;
- Reciascensão – Reciclagem de Sucatas, Lda.;
- Reciclarcar – Importação, Exportação e Reciclagem de Veículos Automóveis, Lda.;
- Paulo Ricardo Tiago Ferreira – Centro de Abate de Automóveis e Sucatas;
- Reciguarda – Desmantelamento e Comércio de Peças, Lda.

2. Que o presente despacho seja submetido para conhecimento/ratificação do Executivo Municipal.”

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou ratificar o Despacho.

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- a) Proposta de Abertura de procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para várias carreiras/categorias**

Presente informação do Serviço de Recursos Humanos, datada de 20/04/2016, que se transcreve, parcialmente:

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

“ (...)

1. Abertura de procedimentos concursais ao abrigo do n.º 1 do artigo 33.º da LOE para 2016.

2. Compete ao dirigente máximo dos serviços, (Presidente da Câmara), decidir a abertura de procedimentos concursais, precedida de aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 4.º do DL n.º 209/2009, de 3 de setembro, em conjugação com o artigo 29.º da LTFP, deliberando-se em articulação com as normas de equilíbrio orçamental e financeiro em vigor, cuja regra obrigatória consignada no n.º 2 do artigo 30.º da LTFP, é ser restrito a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

3. Consulta prévia - nos termos da solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo senhor Secretario de Estado da administração local em 15 de julho de 2014. “ As autarquias Locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – (INA), no âmbito do procedimento prévio de trabalhadores em situação de reclassificação, ficando dispensada desta formalidade de consulta, até que venha a constituir a EGRA junto de entidade intermunicipal.

4. Nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, o recrutamento é restrito a trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

5. Nos termos das alíneas a) a c) no n.º do artigo 35.º da LTFP, podem candidatar-se:

a) Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar diferente atribuição, competência ou atividade, do órgão ou serviço em causa.

b) Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar qualquer atribuição, competência ou atividade, de outro órgão ou serviço ou que se encontrem em situação de requalificação.

c) Trabalhadores integrados em outras carreiras.

d) Não serão admitidos candidatos que, cumulativamente se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para o ano de 2016, do Município da Covilhã, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se abrir o procedimento concursal, de acordo com o disposto na alínea l) do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de janeiro na atual redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Quadro sinóptico dos procedimentos concursais destinados estritamente a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:

Carreira/Categoria	Funções/Atividade	Unidade Orgânica/Serviço
Ref. a): 1-(um) Técnico Superior – Secretariado e Assessoria de Direção.	Das previstas no n.º 3 do artigo n.º 14.º do Regulamento orgânico dos Serviços Municipais, no âmbito das funções atribuídas à carreira geral de Técnico Superior, sem prejuízo de outras inerentes à categoria.	Departamento de Administração Geral.
Ref. b): 1-(um) Técnico Superior – Marketing.	Das previstas no artigo n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento orgânico dos Serviços Municipais, no âmbito das funções atribuídas à carreira geral de	Departamento de Administração Geral

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

	<i>Técnico Superior, sem prejuízo de outras inerentes à categoria.</i>	
<i>Ref. c): 1- (um) Técnico Superior – Ciências da Comunicação.</i>	<i>Das previstas no artigo 19.º do Regulamento orgânico dos Serviços Municipais, as áreas culturais relacionadas com museus, implantação e dinamização, no âmbito das funções atribuídas à carreira geral de técnico superior sem prejuízo de outras inerentes à categoria.</i>	<i>Divisão de Cultura, Juventude e Desporto</i>
<i>Ref. d): 1-(um) Técnico Superior – Sociologia.</i>	<i>Das previstas no artigo 18.º do Regulamento orgânico dos Serviços Municipais, as relacionadas com a ação social, no âmbito das funções atribuídas à carreira geral de técnico superior sem prejuízo de outras inerentes à categoria.</i>	<i>Divisão de educação ação social e saúde.</i>
<i>Ref. e): 1– (um) Técnico Superior – Generalista.</i>	<i>Das previstas no n.º 5 do artigo 15.º do Regulamento orgânico dos Serviços Municipais, as relacionadas com planeamento e organização de processos, no âmbito das funções atribuída à carreira/categoria de técnico superior, sem prejuízo de outras inerentes à categoria.</i>	<i>Departamento de Obras e Planeamento.</i>
<i>Ref. f): 2- (dois) – Assistente Técnico – área administrativa.</i>	<i>Das previstas no artigo 14.º do Regulamento orgânico dos Serviços Municipais, as imputadas às funções de assistente técnico, sem prejuízo de outras inerentes à categoria.</i>	<i>Departamento de Administração Geral.</i>
<i>Ref. g): 2 – (dois) – Assistente Técnico – área administrativa.</i>	<i>Das previstas no n.º 3 do artigo 15.º do Regulamento orgânico dos Serviços Municipais, as imputadas às funções de assistente técnico, sem prejuízo de outras inerentes à categoria</i>	<i>Departamento der Obras e Planeamento - Serviços Operativos.</i>

6. Os 9 (nove) postos de trabalho enumerados, estão previstos e não ocupados no mapa de pessoal em vigor.

7. Em termos de financeiros tem as seguintes incidências em euros:

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

a) Para 5 técnicos superiores: 1 029,85 /mês x 7 meses (julho a dezembro/2016)

= 7 208,95 + 1 712,013 (encargos Seg. Social) = 8 921,08.

b) Para 4 Assistente Técnicos: 520,43/mês x 7 meses (julho a dezembro/2016 =

3 643,01 + 865,21 (encargos Seg. Social) = 4 508,22.

c) Estes valores foram calculados com base nas atuais mobilidades internas.

8. Deve ser obtida informação vinculativa da Divisão de Finanças do cumprimento das metas orçamentais que impendem sobre o município.

9. Finalmente apos incorporação dos pareceres superiores deve tomar a forma de proposta a remeter ao órgão executivo.

(...)"

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse ir abster-se, por entender que o Urbanismo “fica prejudicado”, face á escassez de recursos humanos e por não ser contemplado nesta abertura de procedimento concursal.

O Senhor Vereador José Pinto começou por referir “que quando as pessoas não estão motivadas nunca conseguem produzir o que seria necessário. Aquilo que me parece é que há uma desmotivação muito grande ao nível dos funcionários, particularmente naqueles que se sentem lesados quando aparecem situações destas e, normalmente, tem sido argumentado questões financeiras e de interesses para o Município, mas depois olhando para os nove lugares postos a concurso, quando sabemos que existem 15 em posições muito idênticas, há diferenciação de tratamento” dando como exemplo os técnicos de natação, os que pedem a mobilidade e o lugar posto a concurso de Técnico Superior – Marketing, não sendo, depois, dada a possibilidade a outros, com a formação académica adequada, não pondo em causa as pessoas, mas era bom serem tratados todos por igual. Por considerar que se estavam a cometer injustiças, se iria abster.

O Senhor Presidente deu a palavra à senhora Diretora do Departamento de Administração Geral, esclarecendo que não se tratava propriamente de uma questão financeira, mas de uma questão legal. Os lugares que estavam propostos eram os possíveis a abrir ao abrigo do Orçamento de Estado, justificadamente e desde que não haja aumento das despesas com pessoal, relativamente ao valor obtido em 31 de dezembro de 2015. Os nove lugares estavam previstos no mapa de pessoal e vão ser abertos para quem tem vinculo.

O Senhor Vereador Pedro Farromba referiu que pese embora os lugares criados fossem para resolver situações que existem e tem de ser resolvidas e por serem assuntos de grade relevância, deveriam ser disponibilizados com a antecedência devida para os analisarem corretamente.

Que com este procedimento estavam a imputar mais uma despesa/encargo fixo para o futuro, e face a ser referido, por diversas vezes, a contenção de custos, deveria ter sido devidamente ponderado este procedimento e se era a altura exata. Para além do conjunto de situações que o Município tem, de recibo verde e de trabalho precário, pelo que, tinham de equilibrar as coisas quando as resolviam.

Indicou ainda, como posição de voto a abstenção.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão e com as abstenções dos Senhores Vereadores Pedro Farromba, Joaquim Matias, José Pinto e Nuno Reis, deliberou aprovar a proposta de Abertura de Procedimento Concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para várias carreiras/categorias, nos termos da informação dos serviços.

b) Proposta de adjudicação para Locação do Estabelecimento do Restaurante do Jardim do Lago, com exploração do aluguer de gaviotas e embarcações de recreio no espelho de água, e vigilância da área do Jardim do Lago

Presente para homologação, Ata de Negociação de Propostas e Proposta de Adjudicação, datada de 18/05/2016, que propõe a adjudicação da proposta apresentada pelo candidato Alves, Taborda & Saraiva, Lda., titular do NIF 513 591 001, atribuindo-lhe a locação do estabelecimento do Restaurante do Jardim do Lago, com Exploração do Aluguer de Gaviotas e Embarcações de Recreio no Espelho de Água, e Vigilância da Área do Jardim do Lago, pelo valor da prestação mensal de 500,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, respeitando o locatário integralmente as condições gerais do concurso, a proposta e as condições que foram acordadas na negociação.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou homologar a Ata de Negociação de Propostas e Proposta de Adjudicação, datada de 18/05/2016, que propõe a adjudicação da proposta apresentada pelo candidato Alves, Taborda & Saraiva, Lda., titular do NIF 513 591 001, atribuindo-lhe a locação do estabelecimento do Restaurante do Jardim do Lago, com Exploração do Aluguer de Gaviotas e Embarcações de Recreio no Espelho de Água, e Vigilância da Área do Jardim do Lago, pelo valor da prestação mensal de 500,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, respeitando o locatário integralmente as condições gerais do concurso, a proposta e as condições que foram acordadas na negociação.

Mais deliberou encarregar os serviços competentes de elaborar o respetivo contrato de locação onde sejam vertidas todas as condições aqui aprovadas.

c) Ata de abertura de propostas para a locação do estabelecimento do Piso 0 do Edifício dos Paços do Município, destinado à comercialização de produtos regionais

Presente para homologação, Ata de Abertura de propostas para a Locação do Estabelecimento do Piso 0 do Edifício dos Paços do Município, destinado à comercialização de produtos regionais e na qual refere que não foi rececionada qualquer proposta.

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou-se sobre o que estaria a correr mal, face a não existirem interessados para as locações de estabelecimentos, sugerindo uma maior divulgação.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou homologar a Ata de abertura de propostas para a locação do estabelecimento do Piso 0 do Edifício dos Paços

do Município, destinado à comercialização de produtos regionais, na qual se refere que não foi rececionada qualquer proposta.

d) Ata de abertura de propostas para a locação do Quiosque do Parque Florestal

Presente para homologação, Ata de Abertura e Análise Formal de Propostas, datada de 30/05/2016, que propõe, a abertura de novo procedimento para a locação do estabelecimento do Quiosque do Parque Florestal, nas mesmas condições aprovadas na reunião de 22/04/2016, em virtude do único candidato, Luís Miguel Minhós da Luz Riscado, ter manifestado por escrito, a vontade de retirar a proposta apresentada.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou homologar a Ata de abertura de propostas para a locação do Quiosque do Parque Florestal.

Mais deliberou encarregar os serviços competentes de elaborar a abertura de novo procedimento para a locação do estabelecimento do Quiosque do parque Florestal, nas mesmas condições aprovadas na reunião de 22/04/2016.

e) Liberação da Caução – Serviço de Limpeza de Instalações do Município da Covilhã – CLECE, SA

Presente informação do Serviço de Compras e Concursos, datada de 12/01/2016, que na sequência do fornecimento de serviço de limpeza de instalações do Município da Covilhã, celebrado com a empresa CLECE, SA, sobre o qual os serviços informam nada haver a apontar, propõe seja autorizada a extinção da respetiva caução prestada sob a forma de garantia bancária no montante de 7.668,85 €.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão e com base na informação dos serviços, deliberou autorizar a libertação da caução prestada pela empresa CLECE, SA, do contrato de fornecimento de serviços de limpeza de instalações do Município da Covilhã.

f) Proposta de criação de condomínios em prédios / blocos habitacionais com frações municipais

Presente informações I-CMC/2016/1236, I-CMC/2016/1237 e I-CMC/2016/1252 do Serviço de Património, datadas de 28/03/2016 e 29/03/2016, propondo a criação dos condomínios dos prédios/blocos habitacionais sites:

- Rua das Cerzideiras, Lote n.º 6, Quinta da Alâmpada – Boidobra,
- Lote n.º 15 da Quinta da Alâmpada – Boidobra;
- Lote n.º 11 do Bairro do Cabeço – Tortosendo; e

Adjudicar as propostas apresentadas pela empresa Nogueira & Santos – Gestão de Condomínios, Lda., para efeitos de criação e administração dos condomínios dos prédios/blocos habitacionais sites na Rua das Cerzideiras, Lote n.º 6, na Quinta da Alâmpada – Boidobra, no valor de 12,00€ + IVA/mensais de quota por fração, no Lote n.º 15 da Quinta

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

da Alâmpada – Boidobra, no valor de 12,00€ + IVA/mensais de quota por fração e no Lote n.º 11 do Bairro do Cabeço – Tortosendo, no valor de 24,00€ + IVA/mensais de quota por fração, a suportar pelo Condomínio.

O Senhor Vereador José Pinto chamou, novamente, a atenção dos serviços, para identificarem os nomes das ruas corretamente

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar a criação dos condomínios dos prédios prédios/blocos habitacionais sites:

- Rua das Cerzideiras, Lote n.º 6, Quinta da Alâmpada – Boidobra,
- Lote n.º 15 da Quinta da Alâmpada – Boidobra;
- Lote n.º 11 do Bairro do Cabeço – Tortosendo.

Mais deliberou, aprovar a adjudicação da proposta apresentada pela empresa Nogueira & Santos – Gestão de Condomínios, Lda., para efeitos de criação e administração dos condomínios dos prédios/blocos habitacionais sites na Rua das Cerzideiras, Lote n.º 6, na Quinta da Alâmpada – Boidobra, no valor de 12,00€ + IVA/mensais de quota por fração, no Lote n.º 15 da Quinta da Alâmpada – Boidobra, no valor de 12,00€ + IVA/mensais de quota por fração e no Lote n.º 11 do Bairro do Cabeço – Tortosendo, no valor de 24,00€ + IVA/mensais de quota por fração, a suportar pelo Condomínio.

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – Minuta de Contrato de delegação de competências de gestão**

Presente para aprovação, Minuta de Contrato de delegação de competências de gestão a celebrar entre o Município da Covilhã e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional, no âmbito do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou aprovar a Minuta de Contrato de delegação de competências de gestão a celebrar entre o Município da Covilhã e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional, no âmbito do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

b) **Receções Definitivas**

- Empreitada da obra de Fornecimento e Montagem de uma Plataforma Metálica para Imprensa no Complexo Desportivo da Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva dos trabalhos da Empreitada da obra de Fornecimento e Montagem de uma Plataforma Metálica para Imprensa no Complexo Desportivo da Covilhã.

- Empreitada de Obras de Ampliação da Cobertura da Bancada do Complexo Desportivo da Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra atrás identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão e com base no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva dos trabalhos da Empreitada da obra de Ampliação da Cobertura da Bancada do Complexo Desportivo da Covilhã.

c) Regulação de Trânsito

- Estudo de Regulamentação de Trânsito do arruamento de acesso às traseiras do Lote 8 (Travessa da Trapa) e Zona de Estacionamento na Rua Conde da Covilhã

Presente informação n.º I-CMC/2016/1680, do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 02/05/2016, propondo a aprovação do Estudo de regulamentação de trânsito do arruamento de acesso às traseiras do Lote 8 (Travessa da Trapa) e Zona de Estacionamento na Rua Conde da Covilhã.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou aprovar o Estudo de regulamentação de trânsito do arruamento de acesso às traseiras do Lote 8 (Travessa da Trapa) e Zona de Estacionamento na Rua Conde da Covilhã.

- Estudo de Regulamentação de Trânsito do Largo 25 de Abril e arruamentos confinantes, no Peso, União de Freguesias de Peso e Vales do Rio

Presente informação n.º I-CMC/2016/1874, do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 16/05/2016, propondo a aprovação do Estudo de regulamentação de trânsito do arruamento do Largo 25 de Abril e arruamentos confinantes, no Peso, União de Freguesias de Peso e Vales do Rio.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou aprovar o Estudo de regulamentação de trânsito do arruamento do Largo 25 de Abril e arruamentos confinantes, no Peso, União de Freguesias de Peso e Vales do Rio.

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Habitação Social

Presente a informação sob a referência I-CMC/2016/1908, datada de 18.05.2016, do Serviço de Ação Social, propondo a atribuição de habitação municipal, sita na Urbanização das Nogueiras, Bloco 5 – 1.º Dto. - Teixoso, à munícipe maria de Jesus Gomes Domingos Marmeleiro.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão e nos termos das informações do serviço e do despacho do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou atribuir a habitação municipal, sita na Urbanização das Nogueiras, Bloco 5 – 1.º Dto. - Teixoso, à munícipe Maria de Jesus Gomes Domingos Marmeleiro.

b) Proposta de Contrato de Delegação de Atos de Competência na Junta de Freguesia de Verdelhos – Atividades de Animação e de Apoio à família no pré-escolar – Ano Letivo 2015/2016 (aprovação e remessa à Assembleia Municipal)

Presente minuta de contrato de delegação de competências a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Verdelhos, tendo por objeto a contratação de uma trabalhadora não docente para assegurar o prolongamento de horário e compartilhar financeiramente nas despesas relativas à contratação da trabalhadora, para acompanhar os alunos no Jardim-de-infância de Verdelhos, no ano letivo 2015/2016, através da atribuição de uma participação financeira no montante de 5.209,71€ (cinco mil duzentos e nove euros e setenta e um cêntimos), repartidos por frações de 473,61€ (quatrocentos e setenta e três euros e sessenta e um cêntimos) mensais e liquidados da seguinte forma:

- 1.894,44€ (mil oitocentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos) relativo ao período compreendido entre o mês de setembro e dezembro de 2015, correspondente ao 1º período letivo; e

- 3.315,27€ (três mil trezentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos) relativo ao período compreendido entre o mês de janeiro e julho de 2016, correspondente ao 2º e 3º período letivo.

Este documento que se dá como inteiramente transcrito na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou aprovar a minuta do contrato de delegação de competências a celebrar com a Freguesia da Verdelhos, tendo por objeto a contratação de uma trabalhadora não docente para assegurar o prolongamento de horário e compartilhar financeiramente nas despesas relativas à contratação da trabalhadora, para acompanhar os alunos deslocados da freguesia da Verdelhos, no ano letivo 2015/2016, através da atribuição de uma participação financeira no montante de 5.209,71€ (cinco mil duzentos e nove euros e setenta e um cêntimos), repartidos por frações de 473,61€ (quatrocentos e setenta e três euros e sessenta e um cêntimos) mensais e liquidados da seguinte forma:

ATA DA REUNIÃO DE 03/06/2016

- **1.894,44€ (mil oitocentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos) relativo ao período compreendido entre o mês de setembro e dezembro de 2015, correspondente ao 1º período letivo; e**
- **3.315,27€ (três mil trezentos e quinze euros e vinte e sete cêntimos) relativo ao período compreendido entre o mês de janeiro e julho de 2016, correspondente ao 2º e 3º período letivo.**

Mais deliberou, remeter o contrato de delegação de competências à Assembleia Municipal da Covilhã, para efeitos de autorização ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Proposta para Avaliação, Seleção e Eliminação de acervo documental

Presente informação da Divisão de Cultura, Juventude e Desporto, datada de 09/05/2016, propondo autorização para a eliminação de acervo documental devidamente identificado no auto de eliminação e de acordo com o estipulado pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de Outubro, existente no Arquivo Municipal da Covilhã.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou aprovar o auto de eliminação e autorizar a eliminação de acervo documental devidamente identificado, existente no Arquivo Municipal da Covilhã.

b) Minuta de Protocolo entre o Município da Covilhã e a RefCast- Associação Portuguesa da Castanha

Presente Minuta de Protocolo a celebrar entre a RefCast – Associação Portuguesa da Castanha e o Município da Covilhã, tendo por objeto a definição dos termos de solidariedade entre os vários intervenientes da BioVespa – Luta Biológica contra a Vespa das Galhas do Castanheiro.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou aprovar a minuta de Protocolo a celebrar entre a RefCast – Associação Portuguesa da Castanha e o Município da Covilhã, tendo por objeto a definição dos termos de solidariedade entre os vários intervenientes da BioVespa – Luta Biológica contra a Vespa das Galhas do Castanheiro.

c) Minuta de Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã, a Junta de Freguesia do Paul e o Centro de Estudos Marmelo e Silva, celebrado em 7 de janeiro de 2011

Presente Minuta de Aditamento ao Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã, a Junta de Freguesia do Paul e o Centro de Estudos Marmelo e Silva, celebrado em 07 de janeiro de 2011, propondo a alteração dos representantes legais do 3.º Outorgante.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Jorge Torrão, deliberou aprovar a Minuta de Aditamento ao Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã, a Junta de Freguesia do Paul e o Centro de Estudos Marmelo e Silva, celebrado em 07 de janeiro de 2011, alterando os representantes legais do 3.º Outorgante, nos termos que se transcrevem:

“3.º Contraente:

JOSÉ EMÍLIO DE OLIVEIRA MARMELO E SILVA e NÉLSON DE OLIVEIRA MARMELO E SILVA, representantes legais do CENTRO DE ESTUDOS MARMELO E SILVA, LDA., sociedade por quotas, em processo de liquidação, com o número 509.372.279 de identificação, com sede

na Rua 8, n.º 939, 5.º Esquerdo, 4500-372 Espinho, e adiante designado como terceiro outorgante.”

d) Protocolo de Apoio – Marchas Populares (retificação da deliberação de 06.05.2016)

- Grupo Recreativo Vitória de Santo António

Presente minuta de Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e Grupo Recreativo Vitória de Santo António, tendo por objeto o apoio no âmbito das atividades culturais desenvolvidas por si, nomeadamente a realização do evento “Reviver as Marchas - 2016”, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), sendo 1 250,00 euros liquidados durante o mês de Maio de 2016 e os restantes 1 250,00 euros a liquidar após a realização do evento, retificando a deliberação de 06.05.2016, onde, por lapso, foi mencionado o Grupo de Instrução e Recreio do Rodrigo.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara, com as ausências dos Senhores Vereadores José Pinto e Jorge Torrão, deliberou aprovar a minuta de Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e o Grupo Recreativo Vitória de Santo António, tendo por objeto o apoio no âmbito das atividades culturais desenvolvidas por si, nomeadamente a realização do evento “Reviver as Marchas - 2016”, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), sendo 1 250,00 euros liquidados durante o mês de Maio de 2016 e os restantes 1 250,00 euros a liquidar após a realização do evento.

Mais deliberou retificar a deliberação de 06.05.2016, onde, por lapso, foi mencionado o Grupo de Instrução e Recreio do Rodrigo.

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12:27 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em Exercício declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 5.563,95€ (cinco mil, quinhentos e sessenta e três euros e noventa e cinco cêntimos).

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____